



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Exmos. Senhores Ex-Autarcas, hoje homenageados
Representantes das Instituições do Concelho
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Comemoramos o 36º aniversário do 25 de Abril.

Falar do 25 de Abril, é falar de Liberdade!

E é por termos adquirido esse bem precioso, que podemos, hoje, recordar um passado, ainda recente, que nos deixou marcas e memórias.

É pelas memórias que começo!

Nasci em Fevereiro de 1969. Minha irmã em Janeiro de 1974.

O 25 de Abril chegou pouco depois, uns meses antes de começar a minha instrução primária.

Nesse dia tudo estava diferente lá por casa: eu não ia para o infantário; o pai não saía para ir trabalhar; a mãe não ia para a escola de Odivelas, onde leccionava, nem nos levava para lado nenhum.

Os rádios e a televisão estavam ligados. As notícias eram bebidas pelos pais. Havia um ar de "entusiasmo e receio" que eu não entendia. Mas que hoje bem compreendo.

Ao fim do dia os pais tinham cara de quem festejava alguma coisa. A minha irmã bebé dormia sossegada.

Eu não percebia o que se passava, mas aceitava todos os beijos que me



davam, antes de o telefone tocar ou depois de o telefone tocar. Tocou muito e durante muito tempo.

Os meses passaram. Os anos foram passando. Eu comecei a entender.

Fui sabendo que meus pais tinham estado envolvidos nas lutas académicas de 1960/61, que tinham sido dirigentes da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, tendo convivido, com colegas de outras faculdades, com destaque para o Doutor Jorge Sampaio pelo muito que representou e continua a representar na elite dirigente deste país. Que meu pai, em 1965, fora preso pela PIDE quando estava ao serviço no Governo Militar de Lisboa. Que mais trinta jovens foram presos no dia anterior. Que minha mãe aceitara casar na situação em que ele estava, de preso aguardando julgamento, pois só deste modo o poderia visitar, por imposição da polícia política, tendo-se deslocado, para casar, à prisão do Forte de Caxias, acompanhada por familiares de alguns presos, colegas de outras Faculdades.

Fui-me dando, assim, conta dos porquês. Fui ouvindo as esperanças. Fui vivendo a minha vida crescendo sob a luz da solidariedade e da procura do bem comum. Fui procurando o meu caminho para ajudar a construir o 25 de Abril que meus pais tanto saudaram e para que tinham lutado, enquanto estudantes ligados ao movimento universitário associativo, e continuavam a procurar contribuir.

Hoje como ontem: de descoberta em descoberta, de vivência em vivência, de reflexão em reflexão, de leitura em leitura.

Nunca fui pressionada para aderir a um partido. Nunca ignorei, desde o momento que tive consciência da importância da democracia, as inclinações de meus pais em termos partidários. Nunca senti que seguissem de forma cega qualquer proposta política, viesse de quem viesse.

Nunca os vi defender qualquer ideia, fosse expressa por quem fosse, sem assentirem depois de reflectir. Vi-os discordar das ideias de alguns dos seus



companheiros de percurso apontando outras soluções. Mas nunca os vi desrespeitar ninguém por discordarem das suas opiniões.

Ouvi-os, SIM, dizer que a Democracia, em Portugal, ainda era uma planta frágil, a pedir protecção e respeito, carinho e determinação, na sua defesa que obriga a uma vigilância permanente.

Soube dos sobressaltos que tiveram nos anos seguintes ao 25 de Abril. Mas havia gente que mostrava a sua coragem enfrentando a diversidade com demonstrações de bom senso.

Daí que se referisse a atitude dos "Capitães de Abril" no dia da revolução como um feito de grande responsabilidade, coragem e patriotismo que, neste momento, aproveito para saudar em nome do Partido Socialista.

Daí que se tornassem emblemáticas as atitudes de Mário Soares, nos momentos de maior perigo e risco, de que se salienta, pela determinação, em levar a cabo a Descolonização, que pese embora alguns pecadinhos que o próprio lhe aponta, à data tudo era justificável para terminar com uma guerra que tantos danos nos causou, com perdas de vidas e custos da leitura que outros povos de nós fizeram.

Daí que se falasse, com grande respeito e carinho, dos muitos cidadãos dos vários quadrantes do pensamento político que deram a cara e o esforço para que a ditadura chegasse ao fim. Infelizmente muitos não tiveram a alegria de viver esse dia.

Os que deram corpo, finalmente, a este longo desejo, mostraram, à evidência, a sua fibra: não aceitaram promoções antes de tempo ou honrarias de qualquer forma. Cumpriram o objectivo, tutelaram a estabilização, anularam as tentativas de subversão e passaram o poder à sociedade civil já organizada em partidos.

Foi simples e linear? Não!! Foi complexo e, por vezes, bastante sinuoso. Mas o que mais importa foi ter sido conseguido. Porque razão? Parafraseando um



célebre título de um poema: pelas portas que a revolução abriu¹.

Refiro duas em especial.

Uma, a da inclusão de Portugal no convívio das nações do mundo livre, liberto, que se tornou, após 50 anos de ditadura fascista. Foi, ao tempo, a reabilitação de uma Nação que vivia de costas voltadas para esse mundo livre, merecendo assim o respeito e a ajuda das demais. Foi, em consequência, o início da libertação de comunidades e territórios até aí mantidos sob domínio de um país agora livre.

Em consequência do respeito entre Nações livres, integrámo-nos na União Europeia e formámos, quando os tempos o permitiram e com o interesse dos outros Estados, a comunidade da Lusofonia.

Outra porta de Abril, foi a da bem difícil caminhada da Mulher contra a discriminação, que vê reconhecido o direito ao voto (acabando com a restrição de tal direito exclusivamente às mulheres com Curso Superior) e a igualdade entre géneros na participação política expressa, em 1997, na 4ª Revisão da Constituição da República Portuguesa; diz o Artigo 109º, que passo a citar a título de recordatória: *"A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos."*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais:

Em que patamar estaríamos, ainda, quanto à participação da mulher na política, sem a porta que se abriu com o 25 de Abril?

A revisão constitucional tem tido papel mais amplo no sistema Jurídico

¹ Referência ao poema de Ary dos Santos "As Portas que Abril Abriu"



Português; tem, aliás, sido factor estruturante da democracia, estabelecendo, com oportunidade e firmeza, metas mais ambiciosas para o aperfeiçoamento da nossa democracia.

Mas nenhum dos exemplos referidos, nem o seu simples conjunto, conseguiriam evoluir sozinhos. Sem as múltiplas frentes de progresso que Abril permitiu, nenhum dos que destaquei teria tido o sucesso que já teve.

Basta, tão só, que se pense no “Poder Local”! Veja-se a evolução que teve ao nível das competências atribuídas às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia. Porém, nem sempre as orientações expressas pela Assembleia das Nações Unidas (1979), ratificadas por Portugal em 1980, corroboradas pela Declaração de Pequim e com a assumpção da Comissão Europeia de novos objectivos no Roteiro para a Igualdade (2006-2010) num figurino demonstrativo da importância que as políticas sobre igualdade de género, não são operacionalizadas por Municípios.

Recordo aqui, que a actual vereação socialista, recomendou a Implementação de um Plano Municipal para a Igualdade de Género, proposta, esta, votada neste mandato por unanimidade. “Instrumento que deverá possibilitar a intervenção em diferentes áreas, tendo como fundo as políticas nacionais e internacionais sobre a igualdade de género. Esta intervenção pressupõe-se transversal abarcando áreas como: igualdade em matéria de independência económica para mulheres e homens; conciliação da vida privada e profissional; representação igual na tomada de decisões; erradicação de qualquer forma de violência; eliminação dos estereótipos de género e promoção da igualdade nas políticas de desenvolvimento.”²

A Prevenção da Violência Doméstica é mais uma das áreas que deve ser referida. Hoje a Lei estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à protecção e assistência das suas vítimas. Aperfeiçoaram-se os domínios de intervenção, numa perspectiva de política

² Proposta de Recomendação apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, na Reunião de Câmara de 10 de Março 2010.



integrada do combate à violência doméstica. Este diploma garante uma maior protecção às vítimas através de um estatuto próprio. O estatuto da vítima traduz-se num quadro de direitos e de deveres que confere uma resposta às múltiplas necessidades das vítimas, nomeadamente ao nível judicial, mas também ao nível laboral, social e de acesso aos cuidados de saúde.

O flagelo da violência doméstica é, infelizmente, um fenómeno com uma expressão significativa nas nossas sociedades.

Enquanto cidadãos e defensores da Liberdade e Democracia compete-nos mostrar Cartão Vermelho à Violência Doméstica, área em que sem dúvida se fizeram progressos, para que a verdadeira defesa dos direitos consagrados em constituição possam ser efectivos. Haverá, indubitavelmente, que reforçar ainda mais as políticas de prevenção e desenvolver uma verdadeira cultura de luta contra todas as formas de violência, quer se trate de violência na família, na sociedade ou no local de trabalho.

A igualdade é, além de um princípio fundamental inscrito na Constituição da República Portuguesa, um imperativo ético da marca que queremos imprimir no país moderno que estamos a construir.

Hoje vivemos num país onde vigora um regime jurídico do divórcio que coloca fim ao conceito de divórcio litigioso e que acaba com a noção de violação culposa dos deveres conjugais.

Vivemos, também, num país que legalizou a interrupção voluntária da gravidez, nas primeiras 10 semanas assegurada por serviços públicos, que regulou a utilização de técnicas de procriação medicamente assistidas e que integrou no Serviço Nacional de Saúde a vacina contra o cancro do colo do útero.

Vivemos, ainda, num País que reforçou medidas de protecção da parentalidade no Código do Trabalho.



As inúmeras alterações legislativas são espelho das preocupações sociais que os Governos Socialistas têm imprimido nas suas Governações.

Faltará, com certeza, referir outras. Todas elas têm como objectivo uma maior justiça social que é condição essencial para um desenvolvimento sustentável, constituindo-se como um bem social a promover.

Mas a igualdade é, acima de tudo, um direito de uma cidadania interventiva e consciente dos seus direitos e deveres.

Na qualidade de Autarca e Mulher, não posso, nesta oportunidade, deixar de fazer referência ao, ainda, diminuto número de Mulheres na Presidência das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do País, apesar de se envolverem, cada vez mais, na vida política.

Não será, certamente, por falta de preparação, de habilitações académicas, pois que, hoje, as mulheres constituem o grupo presente em maior percentagem na frequência do ensino superior.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Retomando o muito que havia a fazer: aumentou-se a oferta em número de creches, expandiu-se o Pré-Escolar, Avançou-se no Ensino (Básico, Secundário e Universitário), por certo que, ao longo do tempo, com alguma dificuldade; talvez, até, com modelos nem sempre os mais adequados quer às necessidades do país, da economia, quer à evolução científico-tecnológica.

Só agora se tornou coerente a política educacional com as necessidades do país e se avançou na Investigação Científica; promoveu-se a investigação das Universidades em soluções para problemas empresariais com vista ao aumento da inovação e da competitividade, o que nos permite melhorar em termos económico/financeiros; ajustou-se a oferta de cursos às necessidades regionais das empresas, para benefício das pessoas e do país.



Parte das competências adquiridas pelo Poder Local tem a ver com recentes reformas do sistema educativo. Recordo, a propósito a introdução, no Ensino Básico, do Inglês, do Desporto e da Música, a “Escola a tempo inteiro” equiparando-se, deste modo o ensino público ao privado, a conjugada “componente de apoio à família”, e a criação ou exploração de apetências para as novas tecnologias.

Vê-se, por aqui, o impacto que teve no Poder Local.

Poderíamos continuar a abordar as Políticas Sociais, Ambientais, Desportivas, de Administração Interna, ou de Modernização Administrativa. Estas últimas trouxeram-nos, sem dúvida, processos mais transparentes, mais próximos da população, mais democráticos.

Sem dúvida que muito se caminhou, que muito se construiu. Mas é necessário que se verifique verdadeira consolidação da Democracia. Para que os nossos filhos e netos possam viver de forma mais tranquila e sem sobressaltos, faltará, por certo, criar os mecanismos que impeçam perseguições de raça, de género ou outras que, aqui e ali, se vão ainda, infelizmente, verificando.

A importância do poder local neste domínio é, pela sua proximidade das populações, determinante para a defesa da Democracia. Boas e transparentes práticas do Poder Local são a maior ajuda a esta defesa. À inversa, as más práticas que, infelizmente as há, por incapacidade ou por motivos inconfessáveis, são agentes hiper-corrosivos da Democracia que defendemos!

Recordo a recomendação que retive de que a Democracia é uma planta frágil, a pedir protecção e respeito, carinho e determinação, na sua permanente defesa, porque nunca nada do que foi adquirido está definitivamente garantido, pois há quem dela se queira usar para atingir o poder com fins contrários.



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Manifesto o meu agradecimento, em nome do Partido Socialista, aos que tudo fizeram para que o 25 de Abril acontecesse e a todos os que, conhecidos e desconhecidos têm, ao longo dos anos, cuidado deste bem precioso que foi, e É, o legado do 25 de Abril: A LIBERDADE E A DEMOCRACIA.

Permitam-me, ainda, que termine com uma referência inspirada nesse dia fundador em que Sophia de Mello Breyner cantou um poema de beleza impar:

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo.”

Viva o 25 de Abril!

Viva Oeiras!

Viva Portugal!

Alexandra Tavares de Moura